

A CORPOREIDADE DA MULHER NEGRA: um território de *r-existência*.

Orientanda: Letícia Silva de Lira

Orientadora: Dra. Edilene Américo Silva

RESUMO

O presente artigo busca analisar a construção da identidade da corporeidade da mulher negra enquanto território de *r-existência*. Para tal optou-se pela construção de um referencial teórico a partir da contribuição de autoras negras, de modo a contemplar uma narrativa da Escrivência em relação ao processo de construção histórica da inferiorização da mulher negra. Procedeu-se ainda com uma discussão sobre o conceito de *r-existência*, a temática do corpo na Geografia, e a concepção do corpo-território; e a apresentação de dados estatísticos sobre as mulheres negras no Brasil e no Distrito Federal (DF). Foram realizadas entrevistas com três mulheres negras fundadoras de Coletivos para mostrar a dimensão da realidade social a fim de analisar esses Coletivos como territórios de *r-existência*. A partir da trajetória percorrida foi possível observar que os Coletivos contribuem para a transformação e melhoria na qualidade de vida dessas mulheres, embora seja notória a vulnerabilidade socioeconômica da mulher negra. Diante dessa constatação, permanece o desafio de contemplar a totalidade das questões cotidianas a serem enfrentadas; na prática, esse recorte social precisa lidar diariamente com a interseccionalidade fruto de um passado histórico eivado de preconceitos que até hoje repercutem sobre suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negra; Corporeidade; Território de *r-existência*.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre a corporeidade da mulher negra é buscar compreender acerca de um corpo que traz a marca histórica da opressão, que influenciam como essas mulheres relacionam e percebem o mundo em que vivem, retratando acerca da complexidade de ser mulher e ser negra. Com isso, um pensamento geográfico na perspectiva afrocentrada¹ contribuirá na clareza das discussões em relação à construção da identidade da corporeidade da mulher negra enquanto um território de *r-existência*.

¹ Aquilo que é centrado no negro, no afrodescendente; que tem a pessoa negra como sujeito principal (Fonte: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/afrocentrado/40331>>. Acesso em 22 de jul./2023).

Desta forma, o objetivo geral busca analisar a construção da identidade da corporeidade da mulher negra enquanto território de *r-existência*. Sendo necessária a discussão sobre a territorialidade nesta construção identitária, no que tange ao controle e regulação do seu próprio corpo como território de *r-existência* e seus desdobramentos ao longo do espaço-tempo. Para alcançar este objetivo desenharam-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o processo de construção histórica da inferiorização da mulher negra a partir da contribuição de autoras mulheres e negras;
- Realizar revisão bibliográfica sobre os conceitos de território e *r-existência*;
- Analisar os Coletivos fundados por Mulheres Negras como territórios de *r-existência* no Distrito Federal;

Nesse sentido, este artigo foi organizado reunindo introdução, três seções e considerações finais. Na primeira seção, apresenta-se a fundamentação teórica construída a partir das autoras Hooks (1981), Davis (2016), Evaristo (2019) e Gonzalez (2020), em relação a construção histórica da inferiorização da mulher negra. Já na segunda seção, aborda o conceito de *r-existência* a partir de Hurtado & Porto-Gonçalves (2022) e Jaccoud (2008). E na terceira seção, o referencial teórico é construído a partir de Silva (2009), Haesbaert (2021) e Hernández & Jiménez (2020), no que tange à temática do corpo na Geografia e a concepção do corpo-território; evidencia dados de estatísticas sobre as mulheres negras no Brasil e no Distrito Federal (DF); e por último, tem-se as escrevivências a partir do discurso das mulheres fundadoras dos Coletivos feministas. Por fim, são apresentadas as considerações, onde aborda o delineamento das possíveis conclusões, que não são finais, tão pouco engessadas, mas se inserem em um movimento de reflexão crítica a respeito de toda construção acerca da presente investigação.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que a corporeidade das mulheres escravizadas tinha sua força de expressão sob o controle dos escravocratas, homens e mulheres. Hoje nos apropriamos do valor da escrita, sem esquecer a importância da oralidade das nossas ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz da ancestralidade

tinha rumos e funções demarcadas, a nossa escrita não (EVARISTO, 2020). Por isso a autora afirma *“a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”* (EVARISTO, 2020, p. 04)

A essência da Escrevivência, no sentido gerador do termo, se fundamenta e se inicia na figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função de cuidar dos filhos da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado de vontades, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de contar histórias para adormecer os da casa-grande. A Mãe Preta contava histórias e cantava para ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abriram mão de suas heranças e de seus poderes de controle, sobre ela e sua descendência (EVARISTO, 2020).

Escrevivência não é uma ação contemplativa, mas sim, um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem uma observação e absorção da vida, da existência (EVARISTO, 2020). Assim, a primeira parte desse artigo apresenta uma construção teórica a partir das autoras Hooks (1981), Davis (2016), Evaristo (2019) e Gonzalez (2020), de modo a contemplar uma narrativa da Escrevivência em relação ao processo de construção histórica da inferiorização da mulher negra a partir da contribuição de autoras mulheres e negras.

SEÇÃO 1- SUBJETIVIDADE DO CORPO DA MULHER NEGRA

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Enquanto escravizada, mulheres negras tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras, na escravidão, seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016).

1.1 - O corpo da mulher negra e a escravização

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade, sob a ameaça do açoite, eram mais relevantes do que questões ligadas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas elas também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas (DAVIS, 2016).

Além disso, as grávidas além de serem obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual estavam ainda sujeitas às chicotadas que recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem contra o tratamento recebido. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres além de açoitadas e mutiladas eram também estupradas (DAVIS, 2016).

A exploração sexual das escravizadas era uma consequência direta da política anti mulher do patriarcado colonial - dado que a mulher negra não era protegida nem pela lei ou mesmo opinião pública, ela era um alvo fácil. Enquanto o racismo foi claramente a maldade que decretou que o povo negro seria escravizado, foi o sexismo que determinou que o destino das mulheres negras seria duro e mais brutal do que o dos homens negros escravizados (HOOKS, 1981).

Cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre livre das sinhazinhas. Acrescente-se também as investidas sexuais do senhor que, muitas vezes, convidava seus parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com aquelas mais atraentes. Após o trabalho pesado na casa-grande, encarregava-se também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações e/ou engenhos (GONZALEZ, 2020).

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). (GONZALEZ, 2020. p. 46)

As experiências acumuladas por essas mulheres, que labutaram sob o açoite de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Essas mulheres transmitiram para suas descendentes, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e auto suficiência; um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual, ou seja, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher (DAVIS, 2016).

A dimensão que revela a diferenciação das opressões, entre o status dos escravos homens e das escravas mulheres, é a área do trabalho. O homem negro foi inicialmente explorado como um trabalhador dos campos; já a mulher negra teve sua exploração enquanto

uma trabalhadora dos campos, das tarefas domésticas, uma criadora de animais e como um objeto dos assaltos sexuais dos homens brancos. Contudo, sem diminuir o sofrimento enfrentado pelos homens negros escravizados, percebe-se que o racismo e o sexismo intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões enfrentadas pelas mulheres negras escravizadas (HOOKS, 1981).

Uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente provedores para a classe proprietária de mão de obra escrava. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia (DAVIS, 2016). “O tratamento brutal das mulheres negras escravizadas pelos homens brancos expôs a profundidade do ódio masculino às mulheres e ao corpo das mulheres” (HOOKS, 1981, p. 23).

Reconhecendo tal raciocínio em relação a corporeidade da mulher negra, construída no contexto colonial, Evaristo (2019) diz que “A mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor” (EVARISTO, 2019, p. 23).

As experiências traumáticas das mulheres africanas a bordo nos navios negreiros foram apenas o estágio inicial de um processo doutrinado que iria transformar suas histórias de vida. A destruição da dignidade humana foi crucial para a preparação do povo africano voltado ao mercado de escravos, a remoção de nomes e *status*, à dispersão de grupos para que não existisse linguagem comum e a remoção de qualquer sinal visível de patrimônio africano (HOOKS, 1981).

Em termo histórico brasileiro, o regime escravista teve sua ação mais ampla e profunda nas regiões onde a *plantation* e as atividades mineradoras se desenvolveram, e foi nessas que se iniciaram os processos simultâneos de mestiçagem e de emergência de uma população de cor livre. Na medida em que a população escrava sofreu deslocamentos geográficos que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, da mineração etc.), a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu para as atividades de subsistência ou mesmo de desvinculação econômica e social. Na verdade, não só essas populações de cor livre como os poucos escravos libertos, em 1888, nessas regiões vieram a

constituir a grande massa marginalizada; em tais regiões tinham-se as ocupações determinadas com formas de produção pré-capitalistas – os lavradores, moradores/assalariados rurais, trabalhadores de mineração, entre outros postos (GONZALEZ, 2020).

1.2 - O corpo da mulher negra no contexto atual

No período que sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de linha de frente na sua comunidade; ela foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi duplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 2020).

Antes de ir para o trabalho, tinha que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para adiantar os serviços caseiros e estar, na casa da patroa, entre sete e oito horas para permanecer até a noite; podia ir embora após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2020).

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (GONZALEZ, 2020, p. 50).

Sistematicamente discriminada no mercado de trabalho, a mulher negra ficou confinada aos empregos de menor qualificação e pior remuneração. Quando não trabalhando como doméstica, vamos encontrá-la atuando na prestação de serviços em supermercados, nas escolas, nos hospitais, entre outros estabelecimentos, sob a denominação genérica de servente. Contrariamente à força de trabalho feminina que entrou no mercado de trabalho conquistando novos espaços profissionais, a ocupação profissional da mulher negra foi a maior vítima de todo esse sistema (GONZALEZ, 2020).

O processo de exclusão da mulher negra é evidenciado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu lugar natural: empregada

doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, entre outros. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de retificação, sendo nomeada de “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Esse tipo de exploração do corpo da mulher negra se articula a todo um processo de distorção e comercialização da cultura negra brasileira (GONZALEZ, 2020)

Analisar sobre a corporeidade da mulher negra é retratar a complexidade de um corpo que traz a marca histórica da opressão. Nem todos os corpos são vistos e tratados no mesmo patamar de igualdade; as mulheres negras ainda vivem situações que exigem a superação da visão exótica e erótica que recai sobre ela. Essa regulação não deixou de existir após a abolição da escravidão, mas assumiu contornos diferenciados no desenvolvimento da regulação capitalista.

Durante séculos, o corpo negro foi violado em sua integridade física, interditado em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata e, ainda hoje, é violentado pelos modos de relações raciais que permeiam a nossa sociedade. Coube aos brasileiros, descendentes de africanos, criarem formas de resistência para suas tradições, na qual, incorporaram profundamente à cultura brasileira, como a música, a dança, a culinária e certos modos de vivência religiosa. Distinguindo essa certa africanidade reinventada no Brasil, e assim, valorizando as heranças africanas, notadamente vivida pela sociedade brasileira (EVARISTO, 2009).

Com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiram a seus descendentes. Graças as mulheres negras, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam “pretuguês” (o português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura, como o samba, a feijoada, a ginga, a descontração, entre outras características singulares (GONZALEZ, 2020).

Apesar das formas de dominação e exploração não acabarem com a falsa abolição, mas sim, modificou a situação de vida da população negra brasileira. Na qual, continua excluída em uma sociedade que discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego e à marginalidade, negando-se direitos à educação, à saúde e à moradia decente (GONZALEZ, 2020).

Em uma sociedade onde o racismo e o sexismo são a base da ideologia de dominação, impondo a essa população uma inferiorização, como cidadãos de segunda classe, não fica

difícil perceber a carga de discriminação a qual está sujeita a mulher negra, constituindo o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020).

A sistemática desvalorização da natureza feminina negra não foi simplesmente uma consequência direta do ódio pela raça; foi um método calculado de controle social. Durante os anos da reconstrução, o povo negro emancipado demonstrou que sendo-lhes dadas as mesmas oportunidades que aos brancos podiam sobressair em todas as áreas. O seu feito era um desafio direto às noções racistas sobre a inerente inferioridade das raças de pele escura (HOOKS, 1981, P. 44)

Segundo Hooks (1981) os mitos e estereótipos usados para caracterizar a natureza feminina negra possuíam suas raízes na mitologia anti-mulher. Resultou que muitas pessoas tiveram dificuldade em apreciar essas mulheres como são, devido à vontade de impor uma identidade sobre elas, baseada em estereótipos negativos. Esses esforços de disseminação contínua, de desvalorização da corporeidade da mulher negra, tornaram extremamente difícil às próprias mulheres negras desenvolverem uma autoestima positiva. Por seu turno, esses estereótipos formaram a base da maior investigação crítica à natureza da experiência das mulheres negras.

A partir do que foi exposto, evidencia-se a importância do papel da mulher negra na sociedade brasileira e como o estudo nessa temática é essencial para explicar e denunciar as desigualdades de gênero, raça e classe, enquanto elementos primordiais na análise geográfica das espacialidades do corpo. A existência do corpo negro feminino, suas limitações, seus comportamentos e seus prazeres têm sido controlados por uma dinâmica de poder ainda resultante da cultura dominante, do patriarcado e do colonialismo, tanto na prática do saber científico quanto na prática dos grupos sociais.

SEÇÃO 2 - O CONTRAPONTO

Re-existência, também escrita como *r-existência* ou reexistência, emerge como conceito no contexto latino-americano e nasceu inspirado nas lutas sociais, porém seu uso difundiu-se especialmente nas discussões acadêmicas. Os movimentos sociais com suas estratégias de territorialização e re-territorialização cotidianas, questionam o que está estabelecido, renovam as formas de analisar e interpretar a realidade o que demanda uma revisão da teoria, para encontrar outras formas de interpretar e analisar o que está acontecendo nos territórios, nas disputas históricas e cotidianas (HURTADO; PORTO-GONÇALVES; 2022).

O conceito de re-existência foi proposto por Porto-Gonçalves (1998, 2001, 2003, 2005, 2006) e definido como um modo de existir, uma certa matriz de racionalidade que atua nas

circunstâncias, inclusive reage de um lugar próprio, tanto geográfico quanto epistêmico. Também tem sido usado para se referir aos movimentos sociais que não apenas lutam para resistir àqueles que matam e desmatam, mas lutam por um certo modo de existência, um certo modo de vida e de produção, por modos plurais de sentir, agir e pensar (HURTADO; PORTO-GONÇALVES; 2022).

Por ser um conceito recente, que ganhou força na primeira década dos anos 2000, outros autores refletiram sobre a invenção da existência e diferem no uso do prefixo RE, ao escreverem *r-existência/reexistência/re-existência*, mas na definição tentam ir além da resistência, entendida como oposição a algo ou alguém dominante, e envolvem os processos de reinvenção de saberes e fazeres, de identidades, recorrendo à memória, inspirando-se no presente e projetando seus modos de ser e de estar no futuro (HURTADO; PORTO-GONÇALVES; 2022).

Os processos de reexistência formam-se de uma consciência histórica, mas que também se inspira no conflito. Portanto, é estratégico e político; à vista disso, toda identidade é contrastiva. Surge assim a importância de resgatar as subjetividades que emanam das relações sociais entre as diferentes territorialidades que coexistem num espaço. Nesses processos as pessoas mudam de lugar, entram em movimento, mobilizam a sua luta com base nos próprios processos identitários, rejeitando o lugar que o discurso e as políticas oficiais lhes atribuíram (HURTADO; PORTO-GONÇALVES; 2022).

Cabe chamar a atenção para o papel relevante, apesar de limitado, que têm a cumprir as políticas universais no campo da construção da igualdade racial no Brasil. Na vigência da Constituição de 1988, as políticas universais – educação, saúde, previdência e assistência social – têm tido um papel importante na melhoria das condições de vida da população negra no país. Entretanto, a implementação das políticas universais demonstra-se insuficiente na busca de uma maior equidade entre brancos e negros no país (JACCOUD, 2008).

Os indicadores superiores de repetência e evasão de crianças negras nas escolas brasileiras aguardam serem transformados em metas para a intervenção da política de educação. Da mesma forma que as taxas reduzidas de cobertura de mulheres negras em exames e procedimentos de saúde, a violência policial contra jovens negros, entre outros exemplos também aguardam. Os Ministérios e os órgãos setoriais, além do Legislativo e do Judiciário, devem ser envolvidos em uma política que tenha diretrizes e metas balizadoras da ação pública, sinalizando para os estados, municípios e para a sociedade sobre a importância

da intervenção governamental na busca da igualdade racial (JACCOUD, 2008).

Entende-se que o processo de construção da identidade das mulheres negras é complexo e multifacetado, sendo marcado por desafios ao longo do tempo. E para refletir sobre a relação do corpo como território de *r-existência*, é necessário conhecer as escrevivências construídas sobre a corporeidade da mulher negra constituinte de um tecido social forjado pelo capitalismo, compreendendo a dimensão espacial que conduz ao controle desse corpo-território.

SEÇÃO 3 - CORPOREIDADE EM *R-EXISTÊNCIA*

Nem todos os sujeitos são vistos e tratados no mesmo patamar de igualdade e o corpo negro ainda vive situações que exigem a superação da visão estereotipada que sobre ele recai. Esse controle é histórico e mesmo após a abolição da escravidão não deixou de existir, apenas assumiu contornos diferenciados nos processos de regulação capitalista. Tal sistema apresenta uma dinâmica complexa perpetuada por relações de dominação e de apropriação sociedade-espço, na qual, devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esses espaços e, conseqüentemente, os processos sociais que os compõem.

3.1 – A mulher negra: o silenciamento da Geografia

As pesquisas com temas marginais, no campo da produção científica geográfica, no Brasil, evidenciam que a ciência é também um campo de poder. E para manter o mínimo de produção de um saber científico comprometido com os ideais éticos, é necessário subverter a ordem do discurso dominante. A pretensa liberdade de expressão e criação, que deveria caracterizar os ambientes investigativos, tem revelado, por vezes, uma faceta preconceituosa e excludente, quando trata dessa discussão (SILVA, 2009).

Para a autora, o estudo de mulheres negras, pobres, prostitutas e travestis definitivamente não se configura como tema relevante no campo da geografia brasileira. As espacialidades desses grupos sociais vivenciadas a partir das categorias de gênero, sexualidade, raça e classe foram vistas muitas vezes como irrelevantes. Ao perceber o desmerecimento e a desqualificação do alcance interpretativo dessas questões, faz-se necessário uma discussão para o desenvolvimento de uma atitude crítica sobre os modos de se fazer geografia, duvidando das verdades estabelecidas pela visão hegemônica difundida no pensamento geográfico (SILVA, 2009).

A ciência geográfica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. A razão da ausência desse discurso geográfico deve ser entendida pela validação naturalizada do pensamento hegemônico da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (SILVA, 2009).

Na Geografia, a temática do corpo adquiriu maior centralidade a partir dos anos 1990, quando ocorreu uma releitura, principalmente em uma matriz pós-estruturalista e através de uma Geografia feminista. Essa valorização do tema ficou evidente em trabalhos como os de Steve Pile (1996; Pile e Nast, 1998), Linda McDowell (1999) e Gill Valentine (2001), entre outros. Contudo, percebe-se um avanço e a questão do corpo tem estado mais difundida nas diferentes áreas da Geografia (HAESBAERT, 2021).

Nesse diálogo, recentemente novos estudos deram maior ênfase ao debate sobre o corpo – ou melhor, sobre a corporeidade centrada nas práticas cotidianas. Para esses autores, o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero, além de idade e classe socioeconômica. Houve a relevância do entendimento do espaço geográfico a partir da espacialidade do corpo, que por um longo tempo foi subestimado na ciência geográfica (HAESBAERT, 2021).

3.2 - Corpo: território mínimo do Espaço Geográfico

Entende-se que o espaço geográfico, encarado a partir de uma leitura relacional e múltipla, não pode ser separado de sua contraface, o tempo histórico. É uma grande contribuição do pensamento de(s)colonial demonstrar que todo saber nasce de um determinado contexto, ao mesmo tempo espacial e temporal. Recoloca assim, em outras perspectivas, e discutida sob o viés analítico de(s)colonial, a concepção de espaço-tempo; e mesmo esse conceito também precisa estar alinhado geográfica e historicamente. Com isso, reconhecer um contexto específico implica ressaltar também a dimensão geográfica dos processos sociais (HAESBAERT, 2021). Para tal raciocínio em relação a dinâmica das interações humanas. O autor sugere que:

[...] talvez a grande contradição que funde desprezo e apego pela vida, ao cruzar a precarização socioeconômica e a violência espoliadora com a riqueza cultural e a valorização de nossa dimensão corpóreo-afetiva, seja o que nos faz tão vinculados ao espaço. Como povos intensamente colonizados, temos um passado permanente a avaliar e um outro futuro por imaginar e construir. Contudo, sem ter nem sequer as

condições mínimas para garantir a sobrevivência física cotidiana, como avaliar o passado, rememorando ainda mais exploração e miséria, e acreditar na possibilidade de outro futuro, radicalmente diferente? Sob o risco da prisão no presente, podemos ser também, assim, uma espécie de prisioneiros da geografia: agarrar-nos ao território mínimo (no limite, o próprio corpo), como forma última de garantir nossa r-existência. Enorme dilema para os movimentos emancipatórios: alimentar a esperança e a formulação de um outro espaço/território diante da reiterada experiência da desgraça cotidiana (HAESBAERT, 2021, p. 20-21).

Nota-se a relevância da espacialização do corpo e a valorização da dimensão corpóreo-afetiva, por se tratar de um “território mínimo” ligado ao sentido da corporeidade, no qual, ainda possui uma dificuldade em avaliar sua memória histórica do passado, diante dos problemas enfrentados nas práticas cotidianas para garantir a sobrevivência, em que o básico da dignidade humana não está assegurado para determinados grupos. Entretanto, o próprio corpo pode ser uma forma de questionar tais estruturas capitalistas e relações patriarcais, favorecendo a luta pela sua integridade e sustento.

Segundo Haesbaert (2021), uma das principais contribuições do debate sobre território na perspectiva latino-americana é

A abordagem que, principalmente a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, o “corpo-território”, proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERT, 2021, p. 163).

Contribuindo com essa concepção do corpo-território, Delmy Tania Cruz Hernández y Manuel Bayón Jiménez (2020), diz que “para nosotras, un punto de partida para intentar dialogar con las luchas y resistencias que atraviesan nuestros países ha sido el cuerpo-territorio, el cuerpo como territorio, el territorio como cuerpo social (p. 18). Analisar a categoria corpo e território contribui para ouvir, aprender e tornar visíveis práticas de resistência e movimentos que buscam novas estratégias frente aos processos globais de desapropriação dos territórios.

Esses corpos vivenciam e sentem a violência que se exerce nos territórios e essas violências vão materializar-se em dor e sofrimento que ressoa no corpo de quem habita esses territórios. Contudo, promover a autoconsciência da corporalidade, a personificação da agressão e a resistência contra a violência, são criações de contra-narrativas de representações populares de identidade e auto-representação (HERNÁNDEZ; JIMÉNEZ, 2020).

Essa articulação entre corpo e território, de maneira ampla, permite abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da “*escala mais micro, mais íntima, que é o corpo*” (HAESBAERT, 2021, p. 175). A primeira escala geográfica de análise, em termos da colonialidade do poder, é a do corpo; nela o território, como corpo, traz uma série de articulações cada vez mais complexas, com outras escalas, como a da propriedade privada (em suas múltiplas dimensões), a dos domínios jurídicos, religiosos, econômicos e político-administrativos (HAESBAERT, 2021).

Um dos traços fundamentais da colonialidade do poder é o profundo legado escravista e patriarcal onde proliferam, até hoje, segregações espaciais urbanas e expressões de violência de gênero, de raça e de classe, em que provoca que resultam em desigualdades de direitos e oportunidades. Nesse sentido, é necessário questionar ao mesmo tempo contra o poder que classifica e orienta o comportamento dos corpos, que seleciona aqueles cuja vida deve ser cuidada e preservada; e que legisla, e sentencia aqueles que devem morrer pelo simples fato de possuir determinadas características físicas e condicionantes sociais (HAESBAERT, 2021).

É preciso falar de diferentes formas de ser, pensar e de expressar nossos territórios. Sem esquecer que cada uma dessas vivências territoriais se molda por uma interseção específica de relações de poder, marcadas pela classe, pelo gênero e pela raça. E que, em alguns casos, o último espaço a ser defendido, como última fronteira, é o nosso próprio corpo - o que ainda resta a ser controlado. Através dos múltiplos movimentos de resistência moldam-se territórios de *r-existência*² que buscam proteger a vida, seu “território mínimo”, frente às inúmeras ameaças dentro de um sistema capitalista (HAESBAERT, 2021).

Descolonizar é um processo contínuo de resistência que acompanha, em diferentes níveis e escalas, toda a história do capitalismo. É uma dinâmica ainda mais ampla, na medida em que envolve a *r-existência* (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação e opressão. Essas são demonstradas pelas diferentes formas de exploração do trabalho, pelo domínio patriarcal, pelo racismo e pela aculturação compulsória, presentes em diferentes modelos civilizatórios (HAESBAERT, 2021).

² Trata-se, portanto, de territórios de *r-existência*, onde a resistência se fortalece no combate às ameaças sobre a vida ao mesmo tempo em que a existência se afirma através da coexistência entre nossos múltiplos territórios/mundos de vida (HAESBAERT, 2021, p. 216).

Modelos estes que têm atribuído na sociedade uma posição dominante aos homens na construção e apropriação dos espaços sociais em relação às mulheres. Essa diferença está profundamente enraizada nas relações de poder que têm sido perpetuadas ao longo da história, evidenciando um pouco acerca deste processo que faz parte das determinações que geram as opressões resultantes da condição de gênero.

A ênfase especialmente do corpo da mulher se deve, em grande parte, à associação sobrevalorizada e ao mesmo tempo restritiva, que a sociedade propagou entre mulher e corpo. Espacialmente é indiscutível o confinamento da mulher no seu próprio corpo (em algumas sociedades, há invisibilização quase completa do corpo feminino) ou, o que é mais comum, no espaço doméstico ou “do lar” (HAESBAERT, 2021).

Trata-se de desigualdades decorrentes apenas pela condição específica do “ser mulher” e são situações que afetam as suas experiências individuais e coletivas. Ou seja, é sobre as mulheres que recaem as múltiplas discriminações nessa experiência vivida, como o acesso desigual ao mercado de trabalho, as disparidades salariais, a violência doméstica, os obstáculos na participação política e até na tomada de decisões em relação ao seu próprio corpo.

A partir da interseção com a questão racial, as mulheres negras enfrentam desafios ainda maiores, sendo sujeitas a discriminações específicas devido à sua condição de raça. Trata-se de um corpo que enfrenta as complexidades de uma sociedade marcada pelo patriarcado, colonialismo e racismo, um corpo que carrega consigo as vivências singulares da exclusão.

3.3 - Os dados oficiais e as condições de vida das mulheres negras

Em busca de estabelecer um diálogo entre a discussão teórica, já retratada, e a realidade, tem-se a seguir, diversos dados gerados por órgãos do Governo Federal. Trata-se do contexto nacional referente às condições de vida e o bem-estar das mulheres negras. A partir do informe do Ministério da Igualdade Racial (MIR), de 2023, destacam-se as seguintes questões:

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022), retrata uma sociedade majoritariamente negra, na qual a população preta e parda totaliza 119,75 milhões de brasileiros e responde por 56% da população total;

- As mulheres negras respondem por mais de 28% da população total, são 60,6 milhões de mulheres divididas entre pretas (11,30 milhões) e pardas (49,30 milhões);
- Em termos de regiões geográficas, as regiões Sudeste e Nordeste concentram as maiores parcelas da população negra total e das mulheres negras;
- Em 2022, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras foi de 6,9%, enquanto para as mulheres brancas foi de 3,4%;
- O percentual de mulheres negras com curso superior completo (14,70%) é aproximadamente a metade do percentual da população de mulheres brancas (29%);
- Dos quase 6 milhões de trabalhadores domésticos, mais de 67% são mulheres negras que trabalham sem carteira assinada (75,3%) e sem contribuição para a previdência social (64,7%) cujos rendimentos do trabalho as colocam em situação de pobreza (26,2%) ou de extrema pobreza (13,4%);
- No setor de cuidados, as mulheres negras ocupavam 45% de todos os postos de trabalho em 2019, seguidas por mulheres brancas (31%) e homens brancos e negros (24%);
- As mulheres negras respondem por 38,5% das pessoas constantes no CadÚnico, enquanto as mulheres brancas representam apenas 17% e os homens brancos, menos de 13%;
- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) estima que 33,5% das mulheres negras vivem em domicílios em que o rendimento domiciliar per capita está abaixo da linha de pobreza. Entre as mulheres brancas, esse indicador atinge pouco mais de 15%;
- Durante a gravidez, apenas 68% das mulheres negras tiveram pré-natal adequado em 2019, enquanto esse indicador superou 81% para as mulheres brancas;
- Apesar de estarem mais expostas a riscos à saúde, as mulheres negras têm pior acesso à atenção à saúde;
- Em 2022, mais de 61% das vítimas de feminicídio no Brasil eram mulheres negras, enquanto 38,4% foram de mulheres brancas;
- A unidade da federação (UF) com maior proporção percentual de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres foi o Distrito Federal, com aproximadamente 60% no ano de 2022.

Cabe destacar alguns dados de abrangência nacional para um olhar mais analítico em relação à corporeidade da mulher negra no contexto brasileiro. Entretanto, o enfoque territorial do presente artigo, refere-se a essa dinâmica no Distrito Federal (DF), unidade federativa que abriga a capital do Brasil, possuindo relevância na estrutura política e administrativa do país.

O Distrito Federal (DF) está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, apresentando uma extensão de 5.779 km², correspondendo a aproximadamente 0,06% do território nacional. É a menor unidade da Federação, inaugurada em 1960, para abrigar a capital e o centro político do país. Seu território está dividido em Regiões Administrativas (RAs), atualmente, existem 35 RAs (ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

É um importante centro econômico com a oitava posição no produto interno bruto (PIB) nacional e o maior PIB *per capita* do Brasil. O rendimento mensal médio domiciliar *per capita* é de R\$ 2.460,00 - o maior entre todas as unidades da Federação. Na dimensão renda, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), possui a oitava maior entre os municípios brasileiros; quanto ao IDH total, o DF ocupa a 9ª posição entre 5.565 municípios (ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

Embora tenha uma economia diversificada, ganha relevo a função administrativa, por sediar a capital da República. O setor de serviços é o mais importante, abrange a maior participação no PIB e vai ocupar, majoritariamente, a população economicamente ativa. Entretanto, existe uma grande desigualdade social no DF, caracterizada pela variação da distribuição de renda entre as RAs (ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

No que tange às estatísticas sobre as mulheres negras, no DF, foram coletados dados de duas publicações: do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), sendo as duas do ano de 2021. Dessa maneira, destacam-se as seguintes informações:

- Em 2021, residiam 1.568.114 mulheres no Distrito Federal, 52,1% da população total (3.010.881);
- Ao somar o contingente de mulheres autodeclaradas pretas e pardas, encontram-se 55,1% da população feminina no Distrito Federal;
- As mulheres brancas são maioria nas classes de renda mais altas. Na classe A, a proporção de mulheres brancas é 67,4%. Elas são 57,3% no estrato B1. Essa proporção

diminui consideravelmente a partir do estrato C1 até o estrato de renda D-E, no qual 70,6% das mulheres são negras;

- A maior proporção de mulheres casadas se encontra nos estratos de renda mais alta, cerca de 56% nas classes A e B1. No estrato D-E, a maior parte das mulheres é solteira (52,8%);
- Nos domicílios chefiados por mulheres, o tipo de arranjo familiar predominante é o monoparental feminino (28,5%), e a proporção desse arranjo é ainda maior entre os domicílios chefiados por mulheres negras (30,4%). Além disso, os domicílios monoparentais femininos se encontram em maior proporção nos estratos socioeconômicos inferiores;
- Na situação de segurança alimentar e nutricional por arranjo familiar, encontrou-se que a maior proporção de domicílios em insegurança alimentar grave ocorre entre os domicílios monoparentais femininos. Entre os domicílios chefiados por mulheres negras, 33,8% estavam em algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave);
- As RAs com as maiores proporções de domicílios chefiados por mulheres em insegurança alimentar grave são: Fercal (21,1%), Itapoã (17,5%), Ceilândia (16%) e Varjão (15,3%);
- Mulheres negras têm a menor taxa de nível de escolaridade superior. Apesar de serem maioria na composição do tecido social, esse grupo tem a menor proporção de pessoas com o nível de escolaridade superior completo (26,93%) e a maior proporção de pessoas sem instrução (5,18%);
- A maioria das mulheres ocupadas do DF estão inseridas no mercado de trabalho formal (75,1%). Entretanto, observa-se que a informalidade é maior entre as mulheres negras (24%) do que entre as não negras (19,3%);
- A taxa de desemprego das mulheres (14,5%) é quase o dobro da taxa de desemprego masculina (7,9%);
- Mulheres negras no setor público, privado ou empreendedor recebem a menor renda média;
- As mulheres ocupadas da classe A estão alocadas em maior proporção no setor produtivo de “educação, saúde humana e serviços sociais” (26,1%). Em geral, ele é o segundo setor que mais concentra mulheres ocupadas (18,3%). Entre as mulheres do estrato D-E, o “serviço doméstico” é o setor que mais emprega (28,6%);
- O setor de serviço doméstico remunerado é composto por cerca de 90% de mulheres;

quase dois terços delas, mulheres negras. A maioria dessas trabalhadoras têm graus de instrução de fundamental incompleto (17,95%) e médio completo (21,47%) e com idade superior à 40 anos de idade (62,65%);

- A proporção de mulheres que realizam alguma atividade doméstica no DF (84,5%) é superior à de homens (70,8%). As mulheres gastam, em média, sete horas a mais por semana do que os homens em afazeres domésticos;
- A menor taxa de contribuição à previdência pública está entre mulheres negras;
- O grupo de mulheres negras compõe a maior parte da população do Distrito Federal (28,72%), mas dispõe de menor renda e da maior carga de trabalho;
- No geral, as Regiões Administrativas de Brazlândia, SCIA-Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol e Varjão são aquelas com as condições sociais mais desfavoráveis para as mulheres no DF.

Conforme já indicado, a maioria da população de mulheres do DF são autodeclaradas pretas e pardas e encontram-se nos estratos socioeconômicos mais baixos. Esta realidade econômica condiz com as altas taxas de desemprego e de insegurança alimentar que esse recorte social precisa lidar na realidade prática. Soma-se ainda as baixas taxas relativas à qualificação educacional, com a menor proporção daquelas que possuem curso superior completo, além de assumirem profissões com as maiores jornadas de trabalho e as menores rendas salariais.

Dessa maneira, direciona-se o olhar para as desigualdades de raça, gênero e classe, que perpassam na relação da corporeidade da mulher no DF. Seu corpo enfrenta discriminações que resultam em trajetórias de vida invisibilizadas, onde são frequentemente excluídas de oportunidades educacionais, econômicas e políticas, além de vivenciar diariamente estereótipos e preconceitos. Observando-se um território delimitado pela desigualdade social, onde a qualidade de vida dessa população lhes é subtraída.

Os dados apontados acima embora evidenciem a notória vulnerabilidade socioeconômica da mulher negra não contemplam a totalidade dos desafios cotidianos a serem enfrentado; na prática, esse recorte social precisa lidar cotidianamente com interseccionalidade, fruto de um passado histórico eivado de preconceitos que até hoje repercutem sobre suas vidas. Por outro lado, os números dão visibilidade às desvantagens enfrentadas por elas em vários aspectos da sua experiência vivida além de desmascarar a

falácia da igualdade de direitos e oportunidades, no contexto social brasileiro, além de incentivar a demanda por alternativas que reduzam essas desigualdades.

Um dos aspectos fundamentais para abordar a defesa do território das mulheres é colocar em jogo a análise da vida cotidiana, pois é a partir desse espaço-tempo que as mulheres constroem suas estratégias e reflexões para a defesa de seu corpo-território. No entanto, observar essa trajetória como uma categoria de análise implica enquadrá-la no contexto da violência que vivenciam na atualidade (HERNÁNDEZ, 2020).

Posto isto, as organizações de mulheres negras se tornam essenciais para as transformações sociais no Distrito Federal, principalmente no enfrentamento da violência e da discriminação racial. Esses agrupamentos buscam soluções para os problemas enfrentados cotidianamente, articulando mobilizações sociais em prol da qualidade de vida e contribuindo para a construção do processo identitário da mulher negra. Com isso, os coletivos fundados por mulheres negras e/ou outros movimentos são territórios de *r-existência* no DF.

Nesse entendimento, é importante enfatizar acerca do processo de reconhecimento identitário, na conformação do sentimento de pertencimento e conexão ao elemento que dá sentido às suas lutas ao longo do tempo. Esse aspecto leva à afirmação de identidade e resistência cultural frente às estruturas sociais resultantes do poder hegemônico. Sendo fundamental trazer esse "território de *r-existência*" através das múltiplas escrevivências que moldam a corporeidade da mulher negra através das suas próprias organizações.

E para analisar melhor o contexto, no DF, torna-se essencial a visão das próprias mulheres que dão vida a esse movimento. Nesse intuito, foram entrevistadas Keila Costa, presidente do POR.ELAS, coletivo de mulheres periféricas com sede no Sol Nascente e sub sede no Assentamento Chapadinha, em Sobradinho; Jacqueline Costa, uma das fundadoras e coordenadora do Coletivo Lélia Gonzalez, projeto vinculado Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), na cidade de Redenção, no estado do Ceará, possuindo abrangência nacional, com cerca de 150 mulheres de vários estados brasileiros, inclusive, do DF, que participam efetivamente no Coletivo; e Aline Karina, idealizadora do Espaço Musa Cult, projeto criado através do coletivo Afromanas.

3.4 - Corporeidade da mulher negra: experiências e práticas de resistência

Segundo Aline Karina, o Espaço Musa Cult surgiu em 2018 diante da necessidade de trabalhar com educação patrimonial voltada à preservação da memória, da identidade e da cultura afro-brasileira. O trabalho é feito por meio de consultorias, oficinas formativas e outras atividades na perspectiva de ações antirracista, educacionais e patrimoniais. A entrevistada entende que uma das melhores formas de combater o racismo é ajudando na conscientização em relação ao apagamento histórico da população negra brasileira.

Em relação às desigualdades, ela comenta:

Como um projeto de uma mulher negra e periférica tem as suas desigualdades. Agora que estou percebendo a nossa ascensão em alguns espaços e a partir da inclusão da gente nesses espaços, conseguimos entender mecanismos ali para conseguirmos recursos e estruturar melhor as nossas ações. Então hoje, o que vem me ajudando muito pelo Estado é ter um Cadastro de Entes e Agentes Culturais/CEAC, um recurso pelo Fundo de Apoio à Cultura e editais nacionais, como Elas Periféricas, que é um edital que já conseguimos. Então assim, vejo que iniciativa pública e privada são extremamente importantes caminharem juntas no combate ao racismo. O Estado realmente não dá conta de atender todas essas demandas.

Para ela, o projeto contribui na edificação do processo identitário da mulher, por entender melhor sobre o silenciamento histórico, as discriminações e preconceitos que perpassam suas vidas. O ato de afirmar identidades é conseguir ressaltar a potência por meio das intelectuais negras, da riqueza cultural e outros elementos que remetem à população negra que historicamente foram demonizados no processo de colonização.

Isso é reafirmar a construção identitária da mulher negra. Continuando, ela sugere que já vivenciou

O processo de racismo que já me aconteceu muito, é do apagamento histórico, né? De não me ver com uma mulher negra, por eu ser uma negra de pele clara. Mas via ali nas diferenças de contratação, as pessoas que as empresas contratavam. Quem eram as mulheres que ficava na recepção? Aquelas que estavam no padrão e que consideravam que traria uma melhor imagem para a empresa. Estas eram mulheres brancas de traço fino, cabelo liso. Então, afirmar o meu black naquela época era praticamente impossível para conseguir emprego. Hoje tenho mais essa liberdade de assumir quem eu sou e as pessoas me reconhecerem, não pela minha aparência, mas por tudo que eu faço. E aí, vejo que hoje a identidade de uma mulher negra só me favorece no quesito do que eu realizo. Sou mestre em preservação do patrimônio cultural. Então, a partir da minha afirmação enquanto mulher negra, isso faz uma preservação do que eu sou, né? Enquanto existência, enquanto mulher negra. E isso me empodera frente a várias ações, já que eu trabalho com a preservação e a afirmação dessa identidade de mulher negra.

Aline Karina criou um coletivo chamado AFROMANAS, que trabalhava a temática memória e a identidade da mulher negra, entretanto, ele não existe mais por motivos não mencionados durante a conversa. Aline entende a importância de mulheres negras saírem dos

lugares da violência, do trabalho precário e outros associados a processos mais pesados, indagando ainda que não há reconhecimento dessas corporeidades enquanto produtoras culturais, intelectuais, empreendedoras, e outras posições de poder. Enfatiza ainda que:

Pra mim, uma forma que entendi para combater o racismo é a ocupação de espaço de poder; precisamos desconstruir esse imaginário das mulheres negras em espaços que são sempre ligados à vulnerabilidade, à subalternidade, à servidão. Então, como construir um espaço de poder que consiga combater o racismo de fato, né?

Outro exemplo vem da Jacqueline Costa, fundadora e coordenadora do Coletivo Lélia Gonzalez, que surgiu, em 2022, como um projeto ligado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e tomou abrangência nacional devido seus encontros online. É voltado para o fortalecimento das mulheres, a formação política e a afirmação da identidade negra. Tem encontros quinzenais com autoras previamente selecionadas, atualmente o Coletivo conta com 150 mulheres cursistas por todo o Brasil, inclusive Brasília.

Para Jacqueline:

O que procuramos fazer é um acolhimento de suas questões pessoais, porque nos perguntamos: Como está nosso autocuidado? Como está a escuta das mulheres? Em que lugar essas mulheres tem uma escuta? Então quando propomos os encontros quinzenais, são com temas que vão fazer pensarmos em interseccionalidade perpassando por raça, classe, gênero, territorialidade, sexualidade, e apenas com mulheres, podendo ser brancas, pardas, pretas, indígenas, quilombolas. O nosso debate é no sentido de trazer para a roda as suas realidades e compartilhar suas experiências, porque elas mesmas falam que a partir da experiência de uma, elas se sentem motivadas para falar. Então a nossa riqueza é quando elas falam das suas experiências e falam que se sentem empoderadas, se sentem ouvidas; e com a fala da outra colega se sentem acolhidas. Então, hoje acredito que o Coletivo Lélia Gonzalez é um centro de formação, de acolhimento, de escuta, trata de todas essas questões a partir da experiência da mulher preta, entendendo a mulher preta no poder e nos diversos espaços da sociedade.

Evidenciando que nos encontros virtuais do Coletivo a metodologia é no tempo delas e sendo que, na sala de aula tem outro ritmo e com as mulheres do Coletivo é diferente. Nele porque tem mãe solo, mulheres de axé, estudantes, entre outras particularidades de cada uma, que conduzem e trazem uma realidade bem concreta das suas vivências. Logo, tornou-se um espaço de diálogo, onde são ouvidas e pensam em pequenas alternativas que podem mudar e contribuir na melhoria das suas trajetórias de vida. Sobre sua própria trajetória, diz:

Sou uma mulher de 49 anos, já vivenciei muita situação de preconceito. Assim, falar dessas situações é muito ruim, né? Mas você vai amadurecendo, vai entendendo que ser mulher negra não é fácil na sociedade, em qualquer espaço. Sou uma mulher preta, retinta, de cabelo crespo e hoje mais gorda. Senti muito preconceito na Universidade, como professora, muito mesmo de aluno, de funcionários, de colegas. Mesmo depois do doutorado, primeiro não era ouvida porque era militante. Tudo bem, aí estudei, fiz mestrado, fiz doutorado e mesmo assim, ainda sinto preconceito. É

como se eu não tivesse lutado para nada, sabe? Como se minha luta não valesse, às vezes eu sinto, né?

Há quinze anos sendo professora universitária e só após muitos anos conseguiu se sentir aceita dentro da Universidade, percebendo uma outra relação com os alunos, principalmente os estudantes que ficam mais à vontade com ela, sendo as meninas negras, meninos negros e LGBTQIAP+. E hoje, sentindo-se mais fortalecida, comenta:

Ser mulher negra no Brasil não é fácil, não é nada fácil. Porque você vive numa sociedade racista que te racializa, que te coloca nos lugares, que te emite imagens de controle, que eu como professora negra, gorda que sou, retinta, fora do meu espaço de trabalho, sou suscetível ao racismo, a uma bala perdida, a violência. Então, o nosso espaço seguro ainda está muito ligado a um contexto em que a gente está e que nos conheça. Fora desse contexto, sou mais uma mulher preta.

Para Jacqueline o estado e a sociedade controlam nossos comportamentos e isso afeta onde quer que estejamos. Convidada para o Ministério das Mulheres, conta que o fato de ser professora, não a impede de estar em outros espaços políticos pensando em políticas públicas para as mulheres negras. Mesmo não sendo fácil, busca se aquilombar e fortalecer suas pautas e reivindicações.

Keila Silva, moradora de uma das maiores favelas do Brasil, o Sol Nascente, no Distrito Federal, se juntou ao coletivo ELAFAV.MOB e inspirada pelo engajamento dos seus irmãos no Rap e Hip Hop, se tornou co-fundadora do projeto POR.ELAS, juntamente com sua amiga Lorrana. Atualmente, presidente do POR.ELAS, mediadora de projetos e rodas de conversa para mulheres, também colabora na organização de eventos culturais para o coletivo.

Além disso, é co-fundadora do projeto Essência Delas, uma cooperativa em construção que visa empoderar mulheres nos assentamentos rurais ao redor de Brasília, como Chapadinha, Betel e Lago Oeste. O projeto capacita mulheres em técnicas agrícolas sustentáveis, como agricultura sintrópica e cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Também promove o desenvolvimento pessoal e profissional, oferecendo treinamento em habilidades empreendedoras, gestão financeira e liderança, fortalecendo assim a economia e a sociedade das comunidades rurais.

Keila se dedica ao fortalecimento da sua comunidade e acredita no potencial transformador dessas ações para melhorar a vida das mulheres na periferia e nos assentamentos da reforma agrária. Para ela, o coletivo favorece da seguinte forma:

Contribuímos para a identidade das mulheres negras através da valorização cultural, empoderamento, criação de espaços de diálogo, educação sobre a história negra, promoção da representatividade, combate ao racismo, preservação dos saberes tradicionais, suporte psicológico, fortalecimento da identidade coletiva e inspiração por meio de histórias de sucesso.

O Coletivo POR.ELAS surgiu em 2021 e desempenha um papel crucial na construção da identidade das mulheres negras através do reconhecimento das raízes ancestrais, proporcionando ambientes seguros para a troca de experiências e apoio mútuo e promovendo a visibilidade e voz das mulheres negras em diversas esferas da sociedade. As ações desenvolvidas foram:

- 1. **Rodas de Conversa:** Espaços para discutir temas relevantes, compartilhar experiências e construir uma rede de apoio mútua entre as participantes.*
- 2. **Atendimento Psicológico:** Suporte psicológico individual para ajudar as mulheres a lidar com traumas, ansiedade, depressão e outros desafios emocionais.*
- 3. **Rodas Psicoterapêuticas:** Sessões em grupo com um foco terapêutico, facilitando o compartilhamento de sentimentos e a construção de resiliência.*
- 4. **Oficinas de Artesanato:** Capacitação em habilidades artesanais que podem ser utilizadas como fonte de renda e expressão criativa.*
- 5. **Ações Específicas para Datas Comemorativas:***
 - Dia das Crianças:** Atividades lúdicas e educativas para crianças, promovendo um ambiente seguro e divertido.*
 - Dia da Mulher e Outubro Rosa:** Campanhas de conscientização, palestras e eventos para celebrar as mulheres e promover a saúde feminina.*
 - Natal Solidário:** Distribuição de presentes e atividades festivas para trazer alegria e esperança durante a época natalina.*

Keila comenta que o Distrito Federal enfrenta profundas desigualdades sociais e econômicas que afetam particularmente as mulheres de minorias étnico-raciais. Estas desigualdades se manifestam em várias áreas, como o mercado de trabalho, violência de gênero, e acesso a serviços essenciais. Fundar um Coletivo foi assumir a responsabilidade de fazer a diferença, contribuir no empoderamento de outras mulheres negras e para um futuro mais sustentável e inclusivo. Além de combater as desigualdades de gênero e raça, mesmo assim:

Ainda vejo muitas pessoas me olhando de formas diferentes pelo fato de ser uma mulher negra e periférica.

O POR.ELAS trabalha para influenciar políticas públicas em favor das mulheres, oferecendo ações que contribuem na redução da violência de gênero e na promoção da equidade racial. Finaliza dizendo que o Coletivo tem alcançado resultados significativos, como a melhoria da autoestima das participantes, maior independência econômica e fortalecimento dos laços comunitários no Sol Nascente (DF).

Escrevivências aqui moldadas pelas experiências vividas de três mulheres negras que levam seu corpo-território como um ícone político e identitário na busca pela emancipação social da mulher negra. Sucintamente, essa escrevivência vem sendo uma forma de *r-existência*, onde Aline, Jacqueline e Keila, se tornam protagonistas de suas próprias histórias. Mostrando que, no debate sobre desigualdade racial e de gênero, é crucial levar em consideração a interseccionalidade e reconhecer como as diferentes identidades se cruzam para moldar os territórios de *r-existência*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento dos Coletivos transformou a vida das entrevistadas e de todas que participam, construindo uma rede de apoio que fortalece as mulheres negras para questionar os papéis que lhes foram impostos e conhecer seu processo identitário. Tornando-se um espaço fundamental para compartilhar experiências, fornecer um suporte emocional e garantir que suas vozes sejam ouvidas. Movimentos como esses são importantes para mudanças nas políticas que afetam diretamente suas vidas e para enfrentar as barreiras institucionais que limitam sua participação em espaços de poder. Apesar dos desafios enfrentados, seu corpo-território tem resistido e lutado por seu reconhecimento, dignidade e direitos.

De tal modo que, os movimentos organizados por mulheres negras são fundamentais para estabelecer mecanismos de diálogo com atores responsáveis pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que contribuam na superação dessas desigualdades, além da escala geográfica do DF. E que, desenvolvam ações concretas que sejam, de fato, inclusivas e capazes de rebater as diversas formas de discriminação e desvantagem enfrentadas por essas mulheres na agenda pública, visto que, as políticas são horizontes de vida.

Reconhece-se que a valorização da corporeidade da mulher negra enquanto sujeita do conhecimento se faz necessário no campo geográfico como uma maneira de pensar criticamente nosso modo de fazer geografia e refletir sobre aspectos da cultura brasileira racista e sexista, que ainda traz questões internalizadas de herança colonial e patriarcal, na qual, perpassa por diversas complexidades vivenciadas pelo corpo feminino que se arrasta historicamente até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Distrito Federal / organização Kássia Batista de Castro, Larissa Ane de Sousa Lima. - Brasília : Kássia Batista de Castro : Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, 2020. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/atlas-do-df-2020/>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>

EVARISTO, Conceição. **A Escrivivência e seus subtextos**. Escrivivência: a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. - Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. *Scripta*, 13(25), (2009), p. 17-31. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 37-60. Disponível em: <file:///D:/Downloads/rosangela,+Gerente+da+revista,+dossiegomes.pdf>

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** / Rogério Haesbaert. - 1a Ed. – Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 1º edição, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014. Disponível em: https://doc-0k-8k-prod-03-apps-viewer.googleusercontent.com/viewer2/prod-03/pdf/2adsu7e17o5ll2c26or06886ne1fqo72/nonenb7ladhjiujgar2t6iah0nmjh740/1715911125000/3/117305006755491535299/APznzabSmR4AwASS32LrUO6U4KA0xFu8GklPbQsKxST0zLVNlwtldkoUAz5VDrochEC0JorRMTMgYFrYNYozyy2Q3taJajOOFY-hEZd3AKMNghoDG_fVy8wuWqR7Z49kJPDnCVyAbDSG6MEKz9swq7CxB4ihPgbomu-lBXVmJ_uymkMCIFCjDv9H_w6FJheA_GwQg5zaMyReSN9PnzyjGFNdVsAVJfSxoKjKJdoCVxCE4prONoFD5xPLUyZfQntT3Do0-ljAbNuW3Ghk4A4gTcHOykPExY8yidMHvPjFctgqrSTfZiLF5y1VnCHEkeewybbSvvS7-yYNQPIRs845d2OD6WyPbu_JF_qYIbzL6S2ukuTvpd2Uy2a4BVxfwUo1xyvsxhTHjyT_yuhrJj3lxSxPTmlSlGnWMKEGFYiw0NXC2JesgBsQI5k=?authuser=0&nonce=d9etln9g5g7u0&user=117305006755491535299&hash=nv70j2knplo1svnm27t1ao201vqd45v8

Hurtado, L. M., & Porto-Gonçalves, C. W. (2022). **RESISTIR Y RE-EXISTIR**. *GEOgraphia*, 24(53). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a54550>

Informe MIR - **Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras**. Brasília-DF - setembro de 2023. Ministério da Igualdade Racial (MIR). Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliacao2EdicaoMulheresNegras.pdf>

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Retratos Sociais DF 2021 – Mulheres : desigualdades de gênero no Distrito Federal**. Estudo. Brasília: IPEDF, 2023. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2021-Mulheres-Desigualdade-de-Genero-no-DF.pdf>

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL.

Retratos Sociais DF 2021 - População negra no Distrito Federal. Estudo. Brasília: IPEDF, 2023. Disponível em:

https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/2023.07.19_Estudo-Retratos-Sociais-DF-2021-Raca-Cor.pdf

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial.** Cap. 06 (P. 131-166). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. – Brasília: Ipea, 2008. 176 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergei-Soares/publication/330401587_A_Demografia_da_Cor_A_Composicao_da_Populacao_Brasileira/links/5c3e676592851c22a3785b01/A-Demografia-da-Cor-A-Composicao-da-Populacao-Brasileira.pdf

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** p. 25-113. Organizadora: Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009. Disponível em:

<file:///D:/Documentos/1%C2%B0%20Semestre%20-%20Geografia/Hist%C3%B3ria%20do%20Pensamento%20Geogr%C3%A1fico%20-%20Textos/T%2012%20-%20Silva,%20Geografia%20subversivas.pdf>